www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 70. Processos identitários coletivos e lutas territoriais

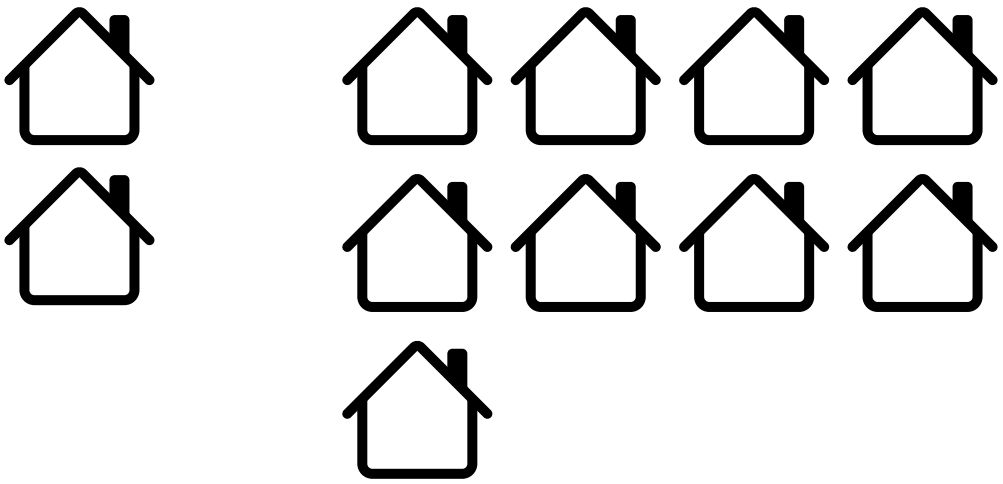
Coordenador(es):
Alexandra Barbosa da Silva (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)
Claudia Mura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O objetivo do presente GT é buscar agregar reflexões empíricas sobre os processos identitários coletivos que têm nas lutas territoriais um elemento-chave. O intento é, precipuamente, impulsionar reflexões sobre quais fatores dão vida a processos de luta, em situações históricas e configurações específicas. Parte-se da hipótese de que a articulação e a consolidação de coletivos têm sua base no parentesco e em alianças políticas, bem como em experiências vividas e desenvolvidas localmente, ao longo do tempo, considerando-se, por exemplo, aspectos econômicos, ambientais, cosmológicos e rituais, a partir de configurações de poder específicas. Compreende-se, portanto, a relevância e pertinência, por exemplo, dos conceitos de conhecimento tradicional local, formulado por Ingold e Kurttila, e de morfologia social, elaborado por Mauss, sem deixar de atentar que estes desconsideram configurações diferenciadas de poder ao longo do tempo, bem como processos de constrição territorial, aspectos que vieram a ser ressaltados pelos conceitos de situação histórica e processos de territorialização, cunhados por Pacheco de Oliveira. O desafio, de fato, é analisar como, caso a caso, constrições territoriais impostas pelo Estado e por agentes privados são administradas, com base em modos de vida desenhados (sempre dinamicamente) por grupos domésticos e comunidades políticas locais, antes que necessariamente por grupos étnicos pré-definidos como tais.

> **A rede e as lutas das mulheres indígenas do Baixo Tapajós**
> **Autoria:** Luana da Silva Cardoso (UFPA - Universidade Federal do Pará), Luana da Silva Cardoso
> O processo de constituição de uma mulher indígena enquanto liderança produz contradições, conflitos sociais e pessoais e redefinição de relações de poder nos universos sociais em que ela transita. Assim, proponho reflexões sobre os processos de mediação social, construção da autoridade acadêmica/militante e estratégias políticas em uma interpretação analítica sobre a identidade da mulher indígena, parte da minha vivência junto à história de vida de mulheres que atuam como lideranças. A abrangência dessa atuação é marcada pelo início da organização do Departamento de Mulheres Indígenas na região do Baixo Tapajós, pelas trocas e contribuições com as diversas perspectivas sobre o movimento, contrapondo e/ou convergindo com o papel político (militância) das principais lideranças femininas que atuam na mobilização e no enfrentamento à violência, em defesa da vida e de seus territórios indígenas. Somos parte da história de (re) existência do Brasil.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**